

“Renegociar também os juros”

por Regionaldo Heller
do Rio

O diretor do Banco Boavista, Antônio Carlos Lemgruber, afirmou a este jornal que qualquer programa clássico de refinanciamento, segundo o modelo adotado em dezembro em Nova York, poderá resultar em fracasso. Segundo Lemgruber, a tese defendida pelos banqueiros participantes do comitê de assessoramento incorre em vários erros: 1 — implica novos jumbos, muito desgastantes para o País e para os credores, de negociação demorada, quando seria mais fácil um mecanismo automático; 2 — tais jumbos tendem a ser subesti-

mados, tanto pelos credores, quanto pelos devedores; 3 — não é um mecanismo democrático, levando a uma participação desigual e longe de generalizada; 4 — está sujeito a erros de avaliação como consequência da flutuação dos juros. Para Lemgruber, o ideal seria uma renegociação de, pelo menos, uma parcela de juros, transformando-a em empréstimos de longo prazo, enquanto outra parcela seria financiada através de novos créditos, numa proporção fixada das exportações do País.

Outro economista que também se mostrou contrário ao pagamento de juros, ainda que financiados por novos empréstimos, é o

430 1993
diretor da Corretora Escritório Levy, José Júlio Senna. Segundo Senna, além de renegociar os juros da dívida externa, tal como o fizeram México, Polônia, Costa Rica e Nicarágua (portanto, viável e aceitável pelos banqueiros), o Brasil deveria assumir uma postura mais firme nas negociações, induzindo até a maior flexibilidade por parte das autoridades norte-americanas. Segundo informaram aqueles dois economistas com trânsito fácil junto a alguns bancos americanos, a tese do Bank of America e defendida pelo ministro Ernane Galvéas não é consensual na comunidade financeira internacional. “Há muitos bancos credores dispostos a discutir a questão dos juros”, asseguraram eles a este jornal.